

Superior Tribunal de Justiça

Concurso Público Nível Superior



Cargo **1**:

Analista Judiciário

Área:

Administrativa

Caderno de Provas

Aplicação: 9/5/2004

Manhã

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e cinquenta** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 150**, e a prova discursiva, acompanhada de uma página para rascunho.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso, pois, para cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo, haverá apenação, conforme consta no Edital n.º 1/2004 – STJ, de 26/2/2004.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a respectiva folha.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe as suas folhas de respostas e de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **10/5/2004**, a partir das 10 h – Gabaritos oficiais preliminares (provas objetivas): Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **11 e 12/5/2004**, das 9 às 16 horas – Recursos (provas objetivas): Gerência de Atendimento ao Candidato, CESPE/UnB, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, ICC Norte, Mezanino, Brasília – DF.
- III **2/6/2004** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e locais mencionados no item I.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2004 – STJ, de 26/2/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet: www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 150 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

• Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 10

1 Pesquisas realizadas em vários países mostram que a
pobreza e a violência atingem especialmente os mais jovens. No
Brasil, de acordo com o último censo demográfico, os adolescentes
4 representam 12,5% da população total. Quase 7% deles são
analfabetos, mais de 15% não freqüentam a escola e apenas 33%
cursam o ensino médio. Não bastasse isso, cerca de oito milhões
7 apresentam pelo menos três anos de defasagem nos estudos e
pertencem a famílias com renda mensal *per capita* inferior a meio
salário mínimo.

10 Premidos pela baixa renda familiar, mais de um milhão
de adolescentes entre 12 e 14 anos de idade estão submetidos à
exploração do trabalho infantil, ao passo que outros 3,2 milhões,
13 com idade entre 15 e 17 anos, já estão no mercado de trabalho.
Via de regra, os adolescentes executam atividades precárias e mal
remuneradas, cumprindo jornadas de trabalho excessivas, que os
16 impedem de concluir a educação básica, de ter acesso ao lazer e
à cultura, além de outras vivências próprias à idade.

Várias outras pesquisas revelam que, no Brasil, os jovens
19 são mais vítimas que algozes da violência. De um lado, o número
de infratores supera em pouco a casa dos vinte mil, o que
representa 1% da população total da faixa etária dos 12 aos 17
22 anos. Esses adolescentes respondem por 10% das infrações
praticadas no território brasileiro. De outro lado, os assassinatos
representam hoje 40,5% dos óbitos verificados entre os
25 adolescentes em decorrência de causas não naturais. Esse
percentual reflete um aumento vertiginoso da violência dirigida
contra o jovem e creditada ao seu envolvimento com drogas e à
28 ineficácia do sistema penal brasileiro, que deixa impunes os
responsáveis pelas mortes.

Nesse panorama, surgem inúmeras propostas de
31 alteração do ordenamento jurídico em vigor, seja para rebaixar o
limite da inimizabilidade penal, seja para aumentar o prazo
máximo da medida privativa de liberdade aplicável aos
34 adolescentes que cometem violência contra a pessoa. No entanto,
é necessária uma abordagem cuidadosa do tema, que deve ser
37 analisado nos termos de sua complexidade, sem a intervenção de
posições apriorísticas ou preconceituosas.

Cleide de Oliveira Lemos. "Reduzir a idade penal é a solução?"
In: **UnB Revista** dez./2003-mar./2004, p. 16-9 (com adaptações).

Com base nas idéias, na estrutura e na tipologia do texto ao lado,
julgue os itens a seguir.

- 1 A baixa renda familiar, o analfabetismo, a exploração do trabalho infantil, o exercício de atividades mal remuneradas, com jornadas de trabalho excessivas, são causas da revolta infanto-juvenil que tem, por conseqüência, o aumento vertiginoso da violência dirigida aos jovens.
- 2 Os primeiros parágrafos do texto, apresentando dados do último censo demográfico, revelam a consulta a expedientes oficiais, derivados de pesquisas, que ficam documentados em forma de **relatórios**.
- 3 A frase **Infrações no território brasileiro** pode ser colocada como título desse texto, uma vez que resume a idéia principal nele abordada.
- 4 Deduz-se que, quanto à tipologia, o texto é dissertativo, por estar redigido de forma expositiva e exemplificado com dados objetivos, sem reiterados julgamentos dos fatos pela redatora.
- 5 O terceiro parágrafo do texto, por abordar dois aspectos da questão levantada em seu primeiro período, tem natureza predominantemente argumentativa.
- 6 Deduz-se do último parágrafo do texto que a autora posiciona-se em favor da proteção dos jovens, mesmo que esses sejam infratores, por eles serem vítimas de violências e de calúnias na sociedade atual.

Com base nas idéias do texto ao lado, nas normas de concordância e de regência e no significado das palavras, julgue os itens subsequentes.

- 7 Cerca de 12,5% dos jovens é impedido de terminar a educação básica, bem como de usufruir com lazer, de cultura, além de outras distrações próprias de cada idade.
- 8 Perceber analogias entre adolescentes e "algozes da violência" (l.19) significa lhes julgar como mentores, vigilantes e cúmplices de crimes hediondos.
- 9 O recrudescimento exacerbado da violência dirigida contra o jovem é creditado a dois fatores: o envolvimento juvenil com entorpecentes e a ineficácia do sistema penal brasileiro.
- 10 No contexto, "inimizabilidade penal" (l.32) significa o aumento dos prazos máximo e mínimo da medida privativa de liberdade aplicável à adolescentes infratores.

Os itens abaixo são reescrituras adaptadas de fragmentos do texto **Dilemas do judiciário na democracia**, publicado na **UnB Revista**, n.º 9, dez./2003-mar./2004, p. 13-5. Julgue-os quanto à grafia, ao emprego das classes de palavras e do sinal indicativo de crase, à sintaxe da oração e do período e à pontuação.

- 11 O Supremo Tribunal Federal — a mais alta corte do país — tem por dever o exercício da função de guardião da Carta Constitucional, e o desempenho dessa nobre função é assegurado por suas manifestações e decisões sábias.
- 12 A hiper-complexidade da sociedade contemporânea, em especial, acerca da forma de ver e agir dos operadores jurídicos, está a exigir que possibilite-se a incorporação permanente das camadas excluídas da população.
- 13 São as mais variadas, as propostas de modificações da estrutura do sistema judiciário; porém, faz-se necessário, antes de mais nada, uma mudança de mentalidade da população.
- 14 A igualdade, em uma sociedade cada vez mais plural, e a reinvenção permanente da democracia ganham relevo exatamente por ser o Poder Judiciário fundamental à cidadania; para isso, é necessário que ele esteja em permanente diálogo com a sociedade brasileira, motivo e finalidade das instituições.
- 15 As garantias constitucionais concedidas aos juízes representam formas de assegurar a eles e à sociedade que o desempenho de suas funções possa ser realizado da melhor forma possível.

Um servidor público estável, ocupante de cargo público efetivo em uma autarquia federal, faltou ao serviço, sem causa justificada, nos períodos de 1.º/10/2003 a 15/10/2003 e de 17/10/2003 a 31/10/2003, tendo comparecido ao serviço no dia 16/10/2003, uma quinta-feira, e cumprido integralmente o horário de trabalho estabelecido. Com o objetivo de apurar a falta funcional do servidor, foi instaurado procedimento administrativo, no âmbito da autarquia. Ao final do procedimento, a comissão processante emitiu relatório por meio do qual recomendou a aplicação ao servidor de pena de suspensão. Todavia, em 2/3/2004, foi publicada portaria editada pelo ministro de Estado ao qual a autarquia estava vinculada, aplicando ao servidor a pena de demissão. Em 15/3/2004, o servidor impetrou mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a referida portaria.

Com relação à situação hipotética acima, julgue os itens seguintes.

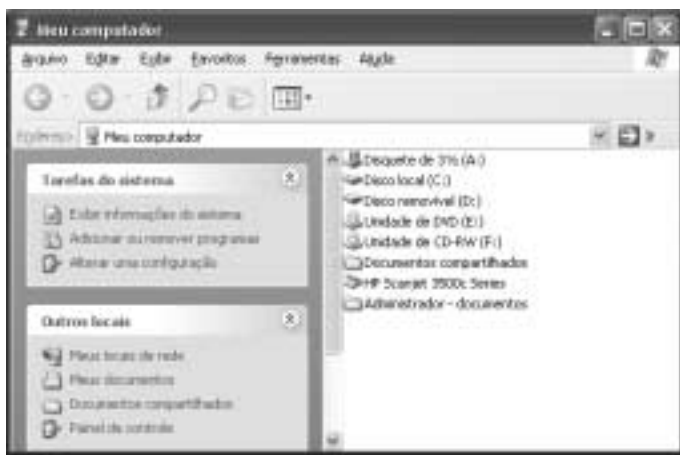
- 16 A demissão — uma das modalidades de vacância do cargo público — constitui uma penalidade aplicável ao servidor público em decorrência da prática de determinados atos ilícitos enumerados na lei e tem por efeito desligar o servidor do quadro de pessoal da administração pública.

- 17 No mês de outubro de 2003, ao deixar de cumprir a carga de trabalho semanal de 40 horas fixada em lei e de não observar o limite de 8 horas diárias de trabalho também estabelecido em lei, o servidor público referido infringiu os deveres funcionais de assiduidade e de pontualidade, sujeitando-se à imposição de uma penalidade disciplinar. A falta em que incidiu é passível de ser apurada por meio de procedimento sumário, desde que sejam asseguradas, ao servidor, as garantias do contraditório e da ampla defesa.
- 18 Os atos praticados pelo servidor exclusivamente no mês de outubro de 2003 não configuram abandono de cargo nem inassiduidade habitual, mas apenas inassiduidade interpolada, que sujeita o servidor público à pena de suspensão de 90 dias, segundo previsto expressamente pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.
- 19 O ministro de Estado deveria ter acatado o relatório da comissão processante, visto que a lei estabelece que, quando o relatório da comissão contrariar flagrantemente as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá abrandar a pena ou isentar o servidor de responsabilidade, não podendo, todavia, agravar a penalidade proposta.
- 20 Como se trata de servidor vinculado a uma entidade da administração indireta do Poder Executivo federal, a pena de demissão somente poderia ser aplicada pelo presidente da República.
- 21 No âmbito do STJ, a competência para processar e julgar o mandado de segurança mencionado no caso hipotético é da Terceira Seção.
- 22 Nas atribuições do ministro-relator do mandado de segurança referido nessa situação, encontram-se, entre outras, as de ordenar e dirigir o processo e determinar às autoridades judiciárias e administrativas sujeitas à sua jurisdição providências relativas ao andamento e à instrução do feito, exceto se forem da competência da Corte Especial, da Seção, da Turma ou de seus presidentes.
- 23 Antes de o mandado de segurança de que trata essa situação ser levado a julgamento pelo órgão competente do STJ, é facultado ao ministro-relator conceder vista dos autos ao representante do Ministério Público.
- 24 A sessão de julgamento do mandado de segurança em questão no STJ deverá ser presidida pelo ministro mais antigo daquela seção e deverá ser secretariada pelo diretor-geral da secretaria daquele tribunal, a quem compete lavrar a ata da sessão.
- 25 Nas competências do presidente do órgão colegiado julgador do mandado de segurança mencionado nessa situação hipotética, encontram-se, entre outras, mandar incluir em pauta o processo, manter a ordem na sessão e assinar a ata da sessão de julgamento, sendo que somente terá voto se houver empate. Não compete ao presidente assinar juntamente com o relator o acórdão proferido.




Um usuário utiliza, em seu local de trabalho, um computador PC com processador Pentium 4 de 3 GHz de *clock*. A sua capacidade de memória RAM é igual a 128 MB e a de disco rígido é igual a 40 GB.

No que se refere ao computador descrito acima, julgue os itens seguintes.

- 26 As informações apresentadas permitem concluir que o computador tem capacidade para realizar 3 bilhões de operações em ponto flutuante por segundo.
- 27 Caso a quantidade de memória RAM do computador seja dobrada, é possível que o tempo de processamento de dados de determinadas tarefas seja reduzido.
- 28 O disco rígido do computador é capaz de armazenar uma quantidade máxima de 40 bilhões de *bits*.





A figura acima mostra a janela Meu computador do Windows XP. Com relação a essa figura e ao Windows XP, julgue os itens a seguir.

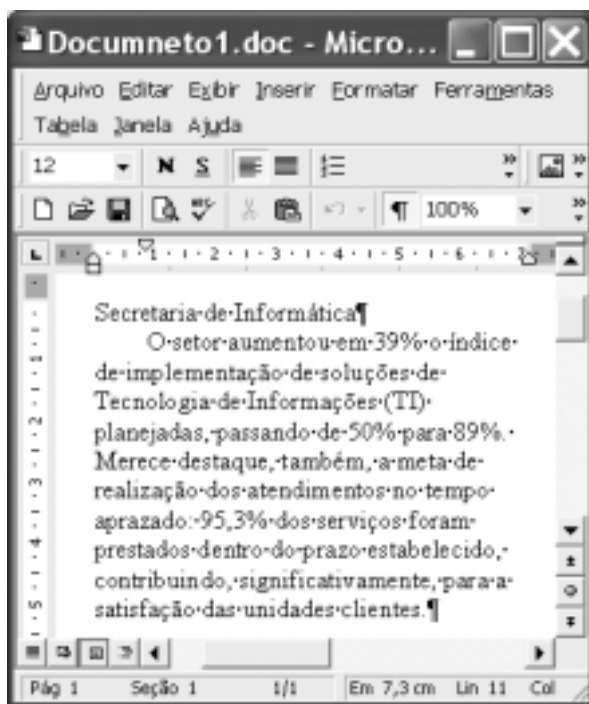
- 29 Considerando que haja um disquete na unidade de disco A:, caso se clique com o botão direito do *mouse* o ícone , será exibida uma lista de opções, entre as quais a opção Abrir, que permite a visualização dos arquivos contidos no disco A:.
- 30 Caso se clique  e, em seguida, se clique , será iniciado o aplicativo ScanDisk, que permite procurar por trilhas defeituosas no disco rígido do computador.



Desejando obter informações acerca de um acórdão publicado em 2003 e disponível na Revista Eletrônica da Jurisprudência do STJ, um indivíduo acessou o sítio desse tribunal — <http://www.stj.gov.br> — e, após algumas operações de navegação, obteve a página *web* mostrada na janela do Internet Explorer 6 (IE6) ilustrada na figura acima. Considerando essa figura, julgue os itens que se seguem, relativos à Internet e ao IE6.

- 31 O símbolo , localizado na barra de *status* da janela do IE6, indica que a página *web* mostrada, ou a conexão que está sendo realizada, é do tipo segura, em que se garante o uso de algoritmos de criptografia para codificar as informações que o usuário fornece à página. Uma página é considerada segura, se ela possui também certificado de autenticidade fornecido por autoridade certificadora, o que garante que nenhum outro sítio pode assumir a sua identidade.
- 32 Sabendo que, ao se preencher os campos de informação indicados na página mostrada e clicar o botão , uma aplicação cliente/servidor será iniciada entre um servidor do sítio do STJ e o computador do usuário, é correto concluir que, com base nos conceitos e modos de funcionamento da Internet atuais, um conjunto de protocolos de comunicação denominado TCP/IP será utilizado para possibilitar a troca de informações entre o servidor e o cliente. Com o uso desses protocolos, as informações são enviadas na forma de pacotes, que contêm, cada um, além da informação a ser enviada e de outros dados, o número IP do computador de destino. Nessa comunicação, é possível que pacotes referentes a uma mesma informação trafeguem pela rede por caminhos diferentes entre a origem e o destino.
- 33 Sabendo que o acesso ao sítio do STJ acima descrito foi realizado a partir de uma rede *wireless* padrão IEEE 802.11 ponto-multiponto (rede não-*ad-hoc*), é possível que taxas da ordem de 2 Mbps possam ter ocorrido no *upload* ou no *download* de informações entre o computador do usuário e o *access point* dessa rede.

- 34 Desde que o IE6 esteja devidamente configurado, ao se clicar o botão **Links**, será disponibilizada a janela ilustrada a seguir, que permitirá ao usuário enviar informações obtidas na página mostrada, na forma de mensagem de correio eletrônico, a determinado destinatário. Para que essa mensagem seja corretamente enviada, é suficiente que, após inserir a mensagem no campo apropriado e o endereço de e-mail do destinatário no campo **Para:**, seja clicado o botão **Enviar**.



A figura acima ilustra uma janela do Word 2000, que contém parte de um texto extraído e adaptado do sítio <http://www.stj.gov.br>. Considerando essa figura, julgue os itens subsequentes, relativos ao Word 2000.

- 35 Considere o seguinte procedimento: clicar imediatamente antes de “Secretaria”, pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**, clicar sobre “Informática”, liberar a tecla **Ctrl**. Esse procedimento seleciona a primeira linha mostrada no documento e habilita o botão Recortar. Então, se, após o procedimento mencionado, o referido botão for clicado, a linha selecionada será excluída do documento.

- 36 O Word 2000 permite salvar o documento em edição como página da Web. Antes de realizar esse procedimento, é possível visualizar, em um navegador, a aparência da página que será obtida por meio de opção encontrada no menu **Arquivo**.

- 37 Por meio de opção encontrada no menu **Ferramentas**, é possível compartilhar o documento em edição com usuários da Internet, caso o computador no qual o Word 2000 está instalado esteja conectado a uma rede de banda larga.

- 38 É possível imprimir o documento em edição para um arquivo em vez de fazê-lo diretamente para uma impressora. Em seguida, esse arquivo pode ser convertido para o formato PDF, ocupando normalmente um espaço de disco inferior ao ocupado pelo arquivo original.

A figura acima ilustra uma planilha do Excel 2000 que discrimina o número de atendimentos do setor de informática de uma empresa. Considerando essa figura, julgue os seguintes itens.

- 39 Sabendo que as células de D2 a D4 contêm o percentual de serviços que foram atendidos com relação aos solicitados — indicados na coluna B —, então a seqüência de ações a seguir determina corretamente os valores dessas células: clicar a célula D2; digitar $= (C2/B2)$; arrastar com o mouse o canto inferior direito da célula D2 até o canto correspondente da célula D4; por meio da opção Célula existente no menu **Formatar**, formatar as células para porcentagem com uma casa decimal.

- 40 Para se determinar corretamente os valores das células B5, C5 e D5, é suficiente selecionar as células de B2 a D4 e clicar **Σ** .

Um ano depois da guerra do Iraque, o mundo é mais inseguro e o futuro, mais incerto. O bárbaro ataque terrorista na Espanha e a sucessão infundável de ataques terroristas no Iraque e em Israel não deixam dúvida nenhuma sobre isso. Por que tanta insegurança? O século 20 não foi o século da democracia, e o fim da Guerra Fria não foi o capítulo final das ameaças totalitárias?

O mundo tornou-se mais inseguro porque o governo do presidente George W. Bush não se revelou à altura da responsabilidade de governar o país que emergiu do colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas como única grande potência mundial. Em vez de assumir de forma equilibrada a liderança do novo sistema global em que hoje vivemos, ignorou as regras do jogo desse sistema e adotou, de forma unilateral e fundamentalista, uma política equivocada de luta contra o terrorismo islâmico.

Luiz Carlos Bresser-Pereira. **Um mundo mais inseguro.**
In: **Folha de S. Paulo**, 4/4/2004, p. A3 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o cenário internacional contemporâneo, julgue os itens subsequentes.

- 41** A guerra do Iraque, a que o texto alude, pode ser considerada resposta direta dos Estados Unidos da América (EUA) aos ataques terroristas que sofreram a 11 de setembro de 2001, comprovadamente executados com o apoio logístico e financeiro de Saddam Hussein.
- 42** O Afeganistão, cujo regime talebã apoiava grupos terroristas, foi o primeiro alvo externo da reação norte-americana aos atentados que atingiram o Pentágono e destruíram as torres do World Trade Center.
- 43** Insegurança e incerteza, preocupantes características que o texto identifica no mundo de hoje e de amanhã, decorrem, essencialmente, da ausência de contendores que possam frear o ímpeto imperial e hegemônico dos EUA. Em suma, esse é o ponto de vista defendido pelo autor.
- 44** Na guerra do Iraque, a incontestável vitória militar obtida pela coalizão liderada pelos norte-americanos, materializada na rápida deposição de Saddam Hussein, aos olhos de muitos se transforma em derrota política, tamanhos os problemas vividos pelos vitoriosos — em que se incluem seqüestros de estrangeiros e perdas humanas — ao longo da ocupação.

45 A descoberta de considerável arsenal de armas de destruição em massa em poder de Saddam Hussein, realizada pelos inspetores internacionais contratados pela Organização das Nações Unidas (ONU), confirmou a veracidade do argumento utilizado por Bush para determinar a invasão do Iraque, o que provavelmente repercutirá na atual campanha eleitoral norte-americana.

46 O recente ataque terrorista que vitimou a Espanha confundiu os analistas internacionais e a própria opinião pública mundial quanto a sua motivação. Afinal, o governo de Madrid criticou severamente a invasão do Iraque e, malgrado a forte pressão de Washington, recusou-se a enviar tropas para o Oriente Médio.

47 A atual política externa brasileira, conquanto firme na explícita condenação ao terrorismo, não oferece apoio incondicional aos propósitos do governo Bush, optando pela defesa do fortalecimento de organismos multilaterais, a começar pelo mais significativo de todos — a ONU.

48 Com o fim do sistema bipolar e a emergência incontestável da hegemonia dos EUA, adensou-se a crise que envolve a ONU, explicitando-se a necessidade de sua reformulação para melhor se inserir em um novo sistema internacional, bem distinto daquele para o qual foi criada e se desenvolveu.

49 Em sua aguerrida política externa, fortemente influenciada pelo trauma do 11 de setembro, o governo Bush chegou a identificar países que, considerados potencialmente perigosos, constituiriam um Eixo do Mal a ser combatido com tenacidade, categoria em que se incluíam, por exemplo, o Irã e a Coreia do Norte.

50 Inflexível ideologicamente, a China comunista constitui, atualmente, o maior inimigo dos EUA e do Ocidente, o que explica as crescentes dificuldades encontradas pelo governo de Beijing para participar do comércio global e dos fóruns políticos multilaterais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

No que se refere a princípios, direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir.

- 51** Com base no constitucionalismo contemporâneo, é correto afirmar que a reserva legal tem abrangência menor que o princípio da legalidade.
- 52** Liberdade de pensamento, direito de resposta e responsabilidade por dano moral ou à imagem constituem garantias mas não direitos individuais.
- 53** O direito de escusa de consciência está adstrito exclusivamente ao serviço militar quando se trata de crença religiosa, convicção filosófica ou religiosa.
- 54** A Constituição Federal estabelece previsão expressa de imutabilidade das cláusulas pétreas, indicando a impossibilidade de emenda constitucional tendente a abolir direitos e garantias individuais e coletivas.
- 55** A instituição do tribunal do júri assegura a plenitude da defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e competência para julgar e processar os crimes dolosos contra a vida, a honra e a liberdade.

Acerca da organização do Estado, julgue os itens que se seguem.

- 56** O autogoverno é característica da autonomia estadual quando pode montar autonomamente seus poderes e eleger seus representantes.
- 57** Enquanto os princípios federais extensíveis se identificam com normas centrais comuns à União, estados, Distrito Federal e municípios, os princípios estabelecidos são identificados difusamente no texto constitucional, restringindo-se aos estados-membros.
- 58** Os crimes praticados por prefeito de qualquer município do país devem ser julgados pelo tribunal regional federal competente no que concerne a desvio de verba oriunda de convênio com a União, sendo que a ação penal respectiva pode ser instaurada mesmo depois de terminado o mandato do prefeito.
- 59** Ao vereador se estendem as mesmas imunidades formais e materiais que protegem os representantes do Congresso Nacional, restritas à circunscrição municipal.
- 60** A imunidade tributária recíproca reforça a idéia central da Federação, uma vez que retira a possibilidade de preferência entre as unidades federativas.

De acordo com a organização de poderes, julgue os itens a seguir.

- 61** A instauração de inquérito policial para apuração de crime praticado por parlamentar é compatível como o instituto da imunidade formal.
- 62** O conselho da República é órgão deliberativo cujos membros são o vice-presidente da República, o presidente da Câmara dos Deputados, o presidente do Senado Federal, os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados, os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal, o ministro da Justiça e seis cidadãos brasileiros natos.

- 63** Considere a seguinte situação hipotética.

Determinado entendimento do Tribunal de Justiça de Roraima acerca de uma lei federal colidia frontalmente com o entendimento mantido pelo Tribunal de Justiça de Sergipe. Certo advogado de Roraima interpôs recurso especial perante o STJ, que o indeferiu com a justificativa de que não se trata de sua competência.

Nessa situação, está correto o pronunciamento do STJ.

- 64** Considere a seguinte situação hipotética.

Um procurador de justiça de determinado estado-membro praticou estelionato. Tal crime foi processado e julgado perante o tribunal de justiça do estado. O membro do Ministério Público, autor da denúncia, arguiu incompetência daquele órgão, ao fundamento de que, em crime comum, o procurador deve ser julgado e processado na comarca do local do fato.

Nessa situação, assiste razão ao membro do Ministério Público.

- 65** As funções e garantias detidas pelos membros do Ministério Público se igualam às imunidades e prerrogativas dos parlamentares e juizes.

Com relação à administração pública e à estrutura administrativa, julgue os itens subseqüentes.

- 66** Os órgãos se configuram em entidades concretas capazes de sintetizar diversas atribuições estatais, podendo ser estruturados singularmente ou de maneira colegiada, exercendo ora funções de controle, ora ações e consultas.
- 67** Os poderes conferidos ao sujeito no direito administrativo se colocam como situações subjetivas consideradas de um ângulo ativo, já que o Estado e, por conseguinte, seus órgãos e agentes usam suas competências para auto-satisfação.
- 68** A competência pública é obrigatória, irrenunciável, intransferível, imodificável e imprescritível.
- 69** Denomina-se pedido de reconsideração o recurso interposto à autoridade diretamente superior à que proferiu determinada decisão administrativa, requerendo sua reforma ou supressão.
- 70** Todo recurso administrativo tem, em regra, efeito devolutivo e, excepcionalmente, efeito suspensivo.

Acerca do serviço público, da responsabilidade do Estado e da improbidade administrativa, julgue os itens que se seguem.

- 71** O servidor que se aposenta por invalidez permanente faz jus à percepção de proventos integrais.

- 72** Considere a seguinte situação hipotética.

Determinado servidor público trabalhou durante 35 anos e contribuiu nas esferas públicas municipais, estaduais e federais, aposentando-se em cargo pertencente a essa última esfera. Ao pedir informação sobre sua aposentadoria no INSS, foi-lhe dito que o tempo de serviço a ser contado se restringiria àquele no qual trabalhou no serviço público federal.

Nesse caso, a informação dada ao servidor está equivocada.

- 73** A responsabilidade subjetiva obriga o autor de procedimento culposo ou doloso, contrário ao direito e causador de dano a outrem, a indenizar o prejudicado.
- 74** A improbidade administrativa se caracteriza por conduta praticada por agente público, comissiva ou omissivamente, com efeitos jurídicos involuntários, que se mostra ofensiva aos princípios constitucionais da administração pública, com ou sem participação, favorecimento, auxílio ou indução de terceira pessoa.
- 75** O enriquecimento ilícito indireto ou complexo pressupõe a existência de dois sujeitos, um ativo — configurado no agente público — e outro passivo — configurado no ente público.

Com relação ao disposto acerca de licitação, contratos administrativos e bens públicos, julgue os itens a seguir.

- 76** Os rios públicos são aqueles situados em terrenos públicos, navegáveis ou flutuáveis, os que destes se façam e os que lhes determinem a navegabilidade ou fluviabilidade.
- 77** Os chamados terrenos de marinha são bens públicos marginais, também denominados ribeirinhos, situados nas faixas de terra à margem dos rios públicos, livres da influência das marés, em uma extensão 15 m contados da linha média das enchentes médias ordinárias.
- 78** O contrato administrativo tem vigência condicionada a sua publicação resumida e geralmente deve coincidir com o decurso de tempo do orçamento, salvo em caso de exceção legalmente prevista.
- 79** As chamadas cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos podem ser alteradas sem prévia concordância do contratado, com fundamento no interesse público e na manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.
- 80** A pessoa física ou jurídica autora de projeto básico ou executivo submetido a licitação pode participar direta ou indiretamente da licitação como consultora.

Julgue os itens a seguir, considerando a Constituição Federal, os princípios fundamentais e os direitos e garantias fundamentais.

- 81** A reserva de lei é mais restrita que a legalidade no que concerne a densidade e conteúdo; entretanto, a legalidade é mais abrangente que a reserva de lei pelo fato de atingir certas matérias especificadas no próprio texto constitucional.
- 82** A chamada reserva jurisdicional é privativa do Poder Judiciário, podendo excepcionalmente ser exercida pelo Poder Executivo ou Legislativo em função atípica.
- 83** Todos os direitos e garantias constitucionais são imodificáveis. Se enquadram nessa condição também os direitos políticos e aqueles concernentes à nacionalidade.

Acerca dos direitos políticos e da nacionalidade, julgue os itens que se seguem.

- 84** O sufrágio se configura em direito político, público e subjetivo enquanto o voto se configura no modo de exercício e no próprio exercício desse direito.
- 85** Médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários que prestam serviço militar devem ser excluídos do alistamento eleitoral, pois se encontram na condição de conscritos.

Considerando a organização do Estado, dos Poderes Legislativo e Executivo e da administração pública, julgue os itens seguintes.

- 86** Entre os efeitos excepcionais provocados pela intervenção federal em outra unidade federativa está o de suspensão temporária da autonomia, sendo essa suspensão ato privativo do chefe do Executivo e o seu fundamento não figura em norma infraconstitucional.
- 87** Chama-se cláusula de reserva de plenário a condição jurídica que permite o controle de constitucionalidade do judiciário de atos públicos tanto no modo difuso quanto de forma concentrada.
- 88** A Constituição Federal estabelece rigorosamente as hipóteses em que o Senado declara inconstitucionalidade e suspende os efeitos de atos normativos declarados inconstitucionais.
- 89** Os membros do Tribunal do Trabalho, do Tribunal Regional Eleitoral e dos tribunais regionais federais, quando praticam crime comum ou de responsabilidade, devem ter seus atos julgados e processados pelo STJ.

Acerca das figuras da organização administrativa, julgue os itens subseqüentes.

- 90** Tanto as empresas públicas quanto as sociedades de economia mista prestadoras de serviço estão submetidas ao processo falimentar, sendo que as ações relativas às mesmas são de competência da justiça federal.
- 91** Diferentemente das empresas públicas, as sociedades de economia mista devem se inscrever obrigatoriamente na modalidade de sociedade anônima.

Quanto a atos administrativos, licitação e contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 92** Enquanto os atos administrativos são passíveis de anulação e revogação, de acordo com a ordem jurídica, os fatos da administração gozam de presunção de legitimidade e se enquadram nos ditames da discricionariedade.
- 93** O motivo e a motivação do ato administrativo são o móvel ou a intenção do agente que praticou o ato subjetivo e internamente.
- 94** Qualquer ato licitatório deve ser editado, habilitado, julgado, classificado, homologado, adjudicado e avaliado por uma comissão de três membros.
- 95** Nos contratos administrativos, o reajuste ocorre nos casos de existência de situações novas que coloquem em xeque o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste, enquanto a recomposição de preço significa a alteração do valor a ser pago em função da variabilidade do valor determinante da composição do preço.

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), art. 55, inciso I, alínea a – anexo I	R\$ milhares
despesa com pessoal	despesa liquidada jan./2003 a dez./2003
despesa líquida com pessoal (I)	256.135
• pessoal ativo	222.427
• pessoal inativo e pensionistas	109.797
• despesas não-computadas (art. 19, § 1.º da LRF)	76.089
(-) indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	–
(-) decorrentes de decisão judicial	456
(-) despesas de exercícios anteriores	46.811
(-) inativos com recursos vinculados	28.822
outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1.º da LRF) (II)	–
total da despesa líquida com pessoal (I + II)	256.135
receita corrente líquida – RCL (III)	224.920.164
porcentagem do total da despesa líquida com pessoal sobre a RCL (IV) = (I + II) / (III)	0,113878%
limite legal (alínea b, inciso I, art. 20 da LRF) – 0,224450%	504.833
limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF) – 0,213228%	479.591
fixação ou alteração de remuneração ou subsídio por lei específica e revisão geral anual (inciso X, art. 37 da Constituição Federal – CF)	13.603
porcentagem da fixação ou alteração de remuneração ou subsídio por lei específica e revisão geral anual sobre a RCL (V)	0,006048%
total da despesa líquida com pessoal, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF – 0,107830% = (IV – V)	242.532
limite permitido (art. 71 da LRF) – 0,124726%	280.534

Com base nas informações da tabela acima, que apresenta o demonstrativo da despesa com pessoal, orçamento fiscal e seguridade social de um órgão federal de janeiro a dezembro de 2003, julgue os itens que se seguem.

- 96** O documento acima é parte do relatório resumido da execução orçamentária, publicado bimestralmente.
- 97** Os valores das despesas estão registrados com base no regime de caixa.
- 98** A linha que trata de “outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização” está com o valor em branco, pois essa apuração é considerada inconstitucional.
- 99** O “limite prudencial” está calculado de forma correta.
- 100** A fonte dos dados faz parte do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do governo federal.
- 101** No demonstrativo, estão presentes as classificações econômica, funcional e programática da despesa.
- 102** Pode ser verificado no demonstrativo acima que o órgão em apreço está impedido de pagar serviço extraordinário.
- 103** Há uma incorreção no relatório, pois as despesas decorrentes de decisão judicial não deveriam ser subtraídas.

RASCUNHO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve incluir

- 104** as metas e prioridades da administração pública federal, com as despesas de capital para o exercício subsequente.
- 105** os limites para elaboração das propostas orçamentárias de cada poder.
- 106** a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- 107** as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- 108** o anexo de metas fiscais, em que são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Em matéria orçamentária, as vedações constitucionalmente definidas incluem o(a)

- 109** início de programas não-incluídos como prioridade na LDO.
- 110** realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- 111** abertura de crédito adicional sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- 112** transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
- 113** utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscais e de investimentos das estatais para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.
- 114** instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.
- 115** transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos governos federal e estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A análise do ponto de equilíbrio — *break even point* — auxilia a compreender como o lucro pode ser afetado pelas variações de elementos que integram as receitas de vendas e os custos e as despesas totais. Acerca desse assunto, julgue os itens seguintes.

- 116** A análise do ponto de equilíbrio considera aspectos relacionados com a formação de estoques.
- 117** Um enfoque prático na análise do ponto de equilíbrio supõe que as receitas de vendas, os custos variáveis e os custos fixos comportem-se linearmente. Essa hipótese não encontra respaldo em muitos casos reais.
- 118** A margem de contribuição total e a margem de contribuição unitária constituem elementos importantes nas análises do ponto de equilíbrio e dos efeitos de alavancagem.
- 119** A análise pode distinguir dois pontos de equilíbrio contábil relacionados com o lucro operacional e com o lucro líquido.
- 120** É possível calcular um ponto de equilíbrio econômico em que o lucro líquido corresponda à remuneração esperada pelos acionistas sobre o capital próprio.

A compreensão da evolução histórica da administração pública no Brasil pode auxiliar o entendimento da origem de muitos dos processos vivenciados atualmente pela administração pública no país. Acerca da evolução da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 121** A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi uma importante iniciativa no processo de modernização do setor público no Brasil, inserindo no setor público o espírito gerencial e fazendo que a burocracia fosse repensada, tendo em vista o cliente e a qualidade na prestação dos serviços públicos.
- 122** Um dos grandes problemas do Decreto Lei n.º 200 de 1967 foi ignorar, em seus princípios fundamentais, questões relacionadas com o servidor público, como planos de classificação de cargos e desenvolvimento de sistema de mérito.
- 123** A reforma buscada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado está relacionada com a focalização da ação do Estado no cidadão e com a flexibilidade administrativa, sem que haja a preocupação com os mecanismos de controle.
- 124** A valorização do servidor, por meio do estímulo de sua capacidade empreendedora, sua criatividade e seu comportamento ético é uma das preocupações do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.

A respeito de alguns aspectos gerais da administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 125** A administração pública gerencial, em sua orientação para o cidadão, serve-se da descentralização e da delegação de autoridade ao gestor público, concentrando-se em procedimentos rígidos, em favor da eficiência e da ética no setor público.
- 126** Avaliar resultados está na base do movimento de reforma do setor público e essa avaliação depende da definição da missão, das metas, dos objetivos e da aferição dos resultados.
- 127** Imperam na corrente da *public service orientation* reflexões que se utilizam de conceitos como *accountability*, transparência e participação política.
- 128** A administração pública gerencial pode ser compreendida a partir de diversas características fundamentais, como a delegação de autoridade, a valorização do pressuposto da confiança limitada em detrimento da desconfiança total do funcionário público, organizações com muitos níveis hierárquicos e administração voltada para o atendimento do cidadão.
- 129** Na busca da excelência no setor público, é fundamental que ocorra continuamente um processo de avaliação da gestão pública, podendo ser realizado inclusive por agentes externos da organização que podem avaliá-la a partir de critérios como gestão de processos e foco no cliente, mas sem se referir à gestão de pessoas, por ser o setor sob avaliação de caráter público e não privado.
- 130** Enquanto, no setor privado, o número de participantes do processo decisório é mais restrito, no setor público, ele é maior, contribuindo com a maior agilidade do processo decisório no setor privado que no setor público.
- 131** Apesar de a administração pública burocrática no Brasil ter conseguido, no decorrer das últimas décadas, evitar o patrimonialismo, é muito difícil e complexo fazer que essa administração pública burocrática, tão arraigada nos diversos setores públicos, ceda espaço para a administração pública gerencial.

132 Alguns pontos podem ser buscados para se alcançar uma nova gerência pública, tais como: eliminar da organização tudo aquilo que não agrega valor a seus serviços, desenvolver novas tecnologias, desenvolver processos continuados de planejamento e desenvolver programas de capacitação contínua.

133 Tendo em vista a gestão estratégica e, mais especificamente, o planejamento estratégico, uma das principais etapas do decorrente processo é o de análise situacional, que pode concentrar-se nas oportunidades e nas ameaças, mas não nos problemas.

A reengenharia e a gestão da qualidade total constituem importantes modelos de gestão que podem auxiliar no processo de modernização e de desenvolvimento de organizações públicas, possibilitando, inclusive, o melhor atendimento do cidadão. Com relação a esse tema, julgue os itens subseqüentes.

134 A reengenharia é uma tecnologia gerencial que pode ser muito útil para as organizações públicas, pois exige pensar os processos que, a partir de uma reestruturação, deverão aumentar o número de gerentes de linha intermediária, possibilitando o aumento dos elos entre a cúpula estratégica e o núcleo operacional.

135 A organização pública que se dispuser a implementar a reengenharia deve observar que esse processo, entre outros aspectos a ele inerentes, exige o efetivo comprometimento da alta cúpula, a utilização de tecnologias de informação e o investimento em treinamento.

136 O alcance da qualidade no setor público pode estar relacionado ao fato de os cidadãos terem sido atendidos em suas necessidades, à redução dos custos da administração pública e a uma gestão de processos que se desenvolva continuamente.

137 Quanto a ferramentas da qualidade, o diagrama de Pareto, diferentemente do diagrama de causa e efeito, constitui um instrumento válido para se melhorar os processos organizacionais nas organizações públicas.

Quanto à administração de recursos humanos, julgue os itens seguintes.

138 No contexto da modernização do setor público e da reprodução do espírito gerencial nesse setor, os funcionários públicos foram freqüentemente os primeiros alvos desse processo, especialmente nos Estados Unidos da América, em que, por meio do enxugamento, buscava-se diminuir os custos da máquina pública, alcançando o objetivo de diminuição do tamanho do Estado.

139 Uma das formas mais eficientes de se preparar os gerentes públicos para uma gestão mais moderna é encaminhá-los para capacitação em escolas de administração de empresas, onde podem aprender técnicas e modelos de gestão inovadores que possam implementar no setor público.

140 A avaliação de desempenho é uma das funções mais relevantes da administração de recursos humanos, uma vez que auxilia, entre outras questões, na identificação das necessidades de treinamento e serve como base para a definição de recompensas para os funcionários. Para que a avaliação de desempenho seja mais bem sucedida, é importante que existam avaliadores múltiplos, vários critérios para avaliação e forte ênfase nos traços, tendo em vista o fato de que traços desejáveis são equivalentes ao bom desempenho.

141 No que se refere à remuneração, pode-se dizer que a estrutura de cargos e salários não é um fator que sirva como base para um processo de implantação de um sistema de remuneração variável, existindo a necessidade da troca do sistema de cargos e salários para planos alternativos de pagamento variável, fazendo que o indivíduo esteja continuamente preocupado com o aumento da produtividade e com a melhoria de seu desempenho.

Acerca da gestão estratégica, julgue os itens seguintes.

142 A gestão estratégica é fundamental no âmbito da modernização de organizações do setor público. Pensar e planejar em termos estratégicos torna-se extremamente relevante para a administração, que deve, de maneira participativa, definir missão, objetivos gerais e específicos e estratégias, de modo que a organização possa responder positivamente às demandas da sociedade.

143 O controle estratégico envolve algumas decisões fundamentais como a modificação de objetivos e metas tendo em vista mudanças ambientais, mas não envolve algumas decisões, como a modificação de estratégias e as políticas estabelecidas anteriormente.

Com relação ao gerenciamento de projetos, julgue os itens subseqüentes.

144 A elaboração de determinado projeto deve levantar alguns pontos fundamentais, tais como as atividades que comporão cada uma das ações, o público alvo e as estratégias de ação que serão tomadas, não se preocupando em definir uma justificativa do projeto, nem tampouco os indicadores de resultados — que devem ser definidos no momento de avaliação do projeto.

145 Na elaboração de projetos, é imprescindível identificar os alvos e o público a serem alcançados e formular estudos de viabilidade. Na fase de implantação, são identificados os responsáveis pelo projeto e é definido um cronograma.

Tendo em vista determinados aspectos gerais da administração pública, julgue os itens a seguir.

146 A centralização do processo de tomada de decisão, o rígido controle sobre o desempenho e o foco em resultados são algumas das características do paradigma pós-burocrático.

147 Além da criatividade e da inovação, um outro fator que deve ser continuamente incentivado na administração pública gerencial é o contrato de gestão, que pode ser considerado um instrumento à disposição de órgãos descentralizados para a realização do devido controle das organizações.

148 Tendo em vista a avaliação de resultados de serviços públicos, é importante estabelecer metas anuais para os serviços e medir as deficiências da prestação desses serviços, não sendo necessário, apesar de acontecer regularmente, que se informe a todos os servidores sobre as metas estabelecidas, restringindo essas informações a gerentes da linha intermediária.

149 Um dos principais parâmetros delineadores de posições individuais nas organizações, especialmente na burocracia, é a formalização do comportamento, que busca reduzir a variabilidade do comportamento do indivíduo na organização, tendo em vista predizer esse comportamento, mas não controlá-lo.

150 O *downsizing* é um dos mais importantes e relevantes recursos na busca da eficiência e do equilíbrio fiscal do setor público, devendo ser utilizado em qualquer processo de modernização administrativa, pois garante o máximo de eficiência e resultados para o cidadão.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando a página correspondente do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de **TEXTO DEFINITIVO**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Utilize, no máximo, **trinta** linhas. Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

A resposta à criminalidade entre os adultos é dada pelo direito penal, que privilegia a aplicação de penas privativas de liberdade (detenção e prisão). Essa sistemática tem por resultado a superlotação carcerária, um saldo exorbitante de mandados de prisão não-cumpridos e um índice de reincidência criminal de 65%. Isso leva a crer que o encarceramento é medida ineficaz, extremamente dispendiosa e pouco inteligente no combate à criminalidade.

Caso essa sistemática seja estendida aos adolescentes, em provável decorrência da redução da idade penal, haverá a ampliação do contingente de pessoas sujeitas ao sistema carcerário, provocando o conseqüente agravamento da carência de vagas e a superlotação nas prisões. Essa situação poderá incentivar ainda mais o avanço da criminalidade, pelo descrédito a que a Justiça está exposta.

Quando devidamente implementado, o sistema educativo proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ao contrário do sistema prisional, dá ensejo à efetiva recuperação dos jovens infratores, inclusive daqueles responsáveis por infrações gravíssimas – homicídio e latrocínio –, o que pode resultar em um índice de reincidência inferior a 10%. Isso porque se propõe a oferecer, durante o prazo em que o adolescente estiver internado, educação escolar e profissionalização, inseridas em um projeto de atendimento pedagógico e psicológico adequado à sua condição de pessoa em desenvolvimento e voltado à sua reinserção social.

Cleide de Oliveira Lemos. "Reduzir a idade penal é a solução?" *In: UnB Revista*. dez./2003-mar./2004, p. 18-9 (com adaptações).

Considerando o tema do texto acima e o do 1.º texto da prova objetiva de Conhecimentos Básicos, redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca da seguinte questão.

**A redução da idade penal é a solução para desvios
de conduta de adolescentes infratores?**